

CADERNO DE ENCARGOS

Ajuste Direto nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 20º do CCP

Aquisição de serviços de conceção de dois livros sobre o concelho de Alijó, para alunos da Educação Pré-Escolar e do 1º CEB do Agrupamento de Escolas D. Sancho II de Alijó, no âmbito do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar – PIICIE Alijó Educa+

CADERNO DE ENCARGOS

Parte I

Cláusulas Jurídicas

Artigo 1.º - Objeto do Contrato

O presente procedimento tem por objeto a aquisição de serviços de conceção de dois livros sobre o concelho de Alijó, para alunos da Educação Pré-Escolar e do 1º CEB do Agrupamento de Escolas D. Sancho II de Alijó, no âmbito do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar – PIICIE Alijó Educa+, de acordo com as especificações técnicas que constam da Parte II do presente documento.

Artigo 2.º - Entidade Pública Contratante

A Entidade Pública contratante é o Município de Alijó, sito na Rua General Alves Pedrosa n.º 13, 5070-051 Alijó, com o telefone n.º 259957100, fax n.º 259959738 e E-mail geral@cm-alijo.pt.

Artigo 3.º - Fundamentação da decisão do concurso

O procedimento é fundamentado na alínea d) do n.º 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos (doravante designado CCP) na sua redação atual, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e a decisão de contratar é tomada pelo Senhor Presidente de Câmara.

Artigo 4.º - Prazo de execução

O prazo de execução dos serviços é de 120 dias a contar da data de assinatura do contrato.

Artigo 5.º - Preço base

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 47º do CCP, o preço base para o fornecimento de mobiliário escolar para a Escola 1º CEB de Favaiois é de 17 750,00 € (dezassete mil e setecentos e cinquenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Artigo 6.º - Critério de Adjudicação

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP a adjudicação será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante determinada pela avaliação do preço enquanto único aspeto de execução do contrato a celebrar.

Artigo 7.º - Modo e prazo de apresentação da proposta

Os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente na plataforma eletrónica aCinGov, à qual se pode ter acesso em <https://www.acingov.pt>.

Artigo 8.º - Elementos da Proposta

1. Na proposta o concorrente deve indicar os seguintes elementos:
 - a) Lista de Preços Unitários;
 - b) Indicação do valor global da proposta.
2. A proposta deve mencionar expressamente que o preço acresce o IVA, com indicação da taxa legal em vigor.
3. A proposta deve ser assinada pelo concorrente ou seus representantes, elaborada em papel timbrado da empresa.
4. A proposta poderá fazer referencia a aspetos e factos que, do ponto de vista do concorrente, sejam pertinentes e que contribuam para a boa compreensão da proposta relativa à prestação de serviço que se propõe apresentar.
5. Conforme previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º a proposta é também constituída pela declaração do anexo I ao Código dos Contratos Públicos, na sua versão atual.

Artigo 9.º - Prazo de manutenção da proposta

Nos termos do artigo 65.º do CCP, o concorrente é obrigado a manter a proposta pelo prazo de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo 10.º - Exclusão das propostas

As propostas são excluídas, caso se verifique qualquer das situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º do CCP.

Artigo 11.º - Contrato

1. Nos termos do n.º 1 do artigo 94º do CCP é exigível a redução do contrato a escrito.
2. De acordo com o estipulado no n.º 2 do artigo 96º do CCP, fazem parte integrante do contrato, independentemente da sua redução a escrito:
 - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

Artigo 12.º - Caução

Nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88º do CCP não é exigível a prestação de caução.

Artigo 13.º - Faturação e condições de pagamento

1. A faturação será efetuada após o fornecimento, conforme condições estipuladas neste Caderno de Encargos.
2. O pagamento será efetuado após aceitação da faturas, num prazo de 30 dias.

Artigo 14.º - Penalidades

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, exceto se a situação se enquadrar no previsto no artigo 16º.
2. Caso não se enquadre no ponto mencionado anteriormente, o Município reserva-se o direito de rescindir unilateralmente o contrato, sendo obrigação do adjudicatário pagar uma indemnização ao adjudicante que pode variar de 5% a 15% do valor de adjudicado, sendo que nos incumprimentos parciais, por cada dia de atraso a coima a pagar ao Município seja de 0,5% do valor contratual.
3. Na determinação da gravidade dos incumprimentos ter-se-á em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

Artigo 15.º - Casos de força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.
2. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como o prazo previsível para restabelecer a situação.

Artigo 16.º – Resolução por parte do adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o incumprimento por parte do fornecedor/prestador de serviços, de forma grave ou reiterada, das obrigações que lhe incumbem permite à entidade adjudicante proceder à resolução do contrato, devendo para o efeito transmitir a sua decisão por escrito.
2. A resolução do contrato não prejudica o exercício de responsabilidade civil ou criminal por atos ou faltas ocorrido durante a execução do mesmo.

Artigo 17.º - Resolução por parte do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outros fundamentos previstos na lei, o incumprimento por parte da Câmara Municipal, de forma grave ou reiterada, das obrigações que lhe incumbem permite ao adjudicatário proceder a resolução do contrato, devendo para o efeito transmitir a sua decisão por escrito.
2. Caso seja fundamentada, a resolução do contrato produz efeitos 30 dias após a receção da respetiva notificação, salvo se o incumprimento se reporte a montantes em dívida já vencidos e neste caso a entidade adjudicante cumpra as obrigações em atraso, no prazo dos 30 dias.

Artigo 18.º - Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação ou a cessão da posição contratual pelo fornecedor/prestador do serviço depende da autorização da entidade adjudicante, nos termos do Código dos Contratos Públicos, na sua versão atual.

Artigo 19.º - Dever de sigilo

1. O fornecedor/prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação, relativa à entidade adjudicante, de que possa vir a ter conhecimento, decorrente da execução do contrato.
2. A informação coberta pelo dever de sigilo não pode ser transmitida a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Artigo 20.º - Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Caderno de Encargos aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos na sua versão atual, e demais legislação aplicável.

Parte II

Cláusulas Técnicas

1. O presente procedimento tem por objeto a aquisição de serviços de conceção de dois livros sobre o concelho de Alijó, para alunos da Educação Pré-Escolar e do 1º CEB do Agrupamento de Escolas D. Sancho II de Alijó, no âmbito do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar – PIICIE Alijó Educa+.

A aquisição dos serviços acima mencionada deverá incluir o desenvolvimento de conteúdos pedagógicos com objetivos educativos, designadamente:

- Conceção de um livro centrado no património arbóreo (Plátano Centenário e árvores de fruto com elevada predominância no concelho);
- Conceção de um livro sobre conhecimento e valorização do território, onde se aborde a história e património natural das várias freguesias do concelho, através da realização de percursos terrestres. A conceção deste livro deverá ser acompanhado pela criação e gravação de uma música alusiva à temática do livro, interpretada por um artista musical de renome nacional;
- Os serviços de conceção a adquirir deverão incluir a criação, desenvolvimento e ilustrações das histórias, bem como todo o trabalho de composição gráfica, design e edição dos mesmos (500 exemplares de cada livro);
- Cada livro terá que ter entre 35 e 40 páginas e tamanho 21 cm X 21 cm;

- Em cada um dos livros deverá ser inscrita uma nota de abertura do senhor presidente da Câmara Municipal;

- O fornecedor terá a obrigação de prestar os serviços, objeto do procedimento que ora se propõe, recorrendo a todos os meios, materiais e humanos, necessários e apropriados a essa prestação e ao estabelecimento de um sistema de organização ajustado à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo;

- O fornecedor deverá permitir a possibilidade de reimpressões e atualizações, bem como o registo de cada um dos livros no International standard Book Number (ISBN);

- O fornecedor fica obrigada à presença em reuniões para acompanhamento e aprovação dos materiais e conteúdos produzidos;

- Cada um dos livros será alvo de uma apresentação oficial. No caso do livro sobre a valorização do território a apresentação do livro deverá incluir a apresentação da música com a presença do intérprete e a realização de uma peça de teatro sobre o conteúdo do livro;

- Cada um dos livros deverá contemplar a realização de um vídeo para apresentação online dos projetos.

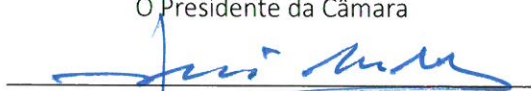
- O fornecedor deverá disponibilizar nos materiais e conteúdos produzidos os símbolos e logótipos do Município de Alijó, do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar – PIICIE Alijó Educa+, bem como os logótipos do PO Norte 2020, do Portugal 2020, e da União Europeia com referência ao Fundo Social Europeu).

2. O pagamento dos serviços supramencionados será realizado nos seguintes termos:

Valor parcial	Data de pagamento	Valor a pagar (sem IVA)
40%	Após aprovação do livro sobre árvores	7 100,00 €
40%	Após aprovação sobre livro sobre percursos pedestres	7 100,00 €
20%	Após apresentação da música com presença da artista nacional	3 550,00 €

Alijó, 2 de março de 2021

O Presidente da Câmara



Eng.º José Rodrigues Paredes